

ACTA NÚMERO 05

Ao vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e quinze minutos reuniu a Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viana do Castelo estando presentes os seguintes elementos

- Coordenador: Filipe Fernandes (PS)
- Secretário: Marília Nunes (PSD)
- Membros presentes: Daniel Sales (PS), Júlio Vasconcelos (CDS-PP), Manuel Araújo (JSPV), Marta Silva (IL) e Rodrigo Vaz (JFIndependentes), Virgílio Dias (CH)
- Ausentes: Carlos Morais (JFIndependentes), Cláudia Marinho (CDU)

com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Relatório da atividade dos Deputados que integram a Comissão do Território, Habitação e Ambiente;
- 2 - Outros Assuntos.

Ponto 1: Relatório da atividade dos Deputados que integram a Comissão do Território, Habitação e Ambiente

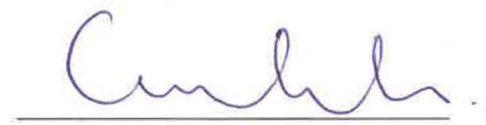
Procedeu-se à redacção do relatório de actividades da comissão

Ponto 2: Outros assuntos

Não foram abordados outros assuntos

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador encerrou a reunião pelas 20h00 horas. Da presente reunião foi lavrada a presente acta, que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelo Coordenador e pelo Secretário


Coordenador da Comissão
Filipe Fernandes


Secretário da Comissão
Marília Nunes

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente

Nos termos das competências atribuídas à Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, apresenta-se o presente relatório de atividades, relativo ao trabalho desenvolvido nas reuniões realizadas durante o primeiro período de funcionamento da Comissão no ano de 2026. A Comissão desenvolveu a sua atividade em torno da análise, acompanhamento e reflexão estratégica sobre matérias relacionadas com o ordenamento do território, habitação, ambiente, mobilidade, sustentabilidade e instrumentos de gestão territorial em curso no concelho de Viana do Castelo.

O trabalho realizado procurou afirmar a Comissão enquanto espaço plural de análise política e estratégica, promovendo o diálogo entre os diferentes representantes partidários e valorizando o contributo técnico dos serviços municipais.

1. Enquadramento e início dos trabalhos

Na reunião realizada em 9 de fevereiro de 2026, a Comissão iniciou formalmente os seus trabalhos, tendo contado com a presença da Senhora Vereadora Fabíola Oliveira, responsável pelos pelouros do planeamento e gestão urbanística, proteção civil, ambiente, transição climática e mobilidade, bem como da Diretora do Departamento de Gestão Territorial e Sustentabilidade, Dra. Conceição Soares.

Nessa sessão foi efetuada uma apresentação detalhada do ponto de situação dos instrumentos de gestão territorial do Município de Viana do Castelo, designadamente:

- Plano Diretor Municipal (PDM) e respetivo processo de segunda revisão;
- Plano de Urbanização da Cidade (PUC);
- Planos de Pormenor em vigor e em elaboração;
- Áreas de Reabilitação Urbana (ARU);
- Estratégia Local de Habitação;
- Plano Municipal de Mobilidade Sustentável;
- Plano Municipal de Ação Climática;
- instrumentos relacionados com proteção ambiental, floresta e adaptação às alterações climáticas.

Foi igualmente analisado o enquadramento territorial municipal nos diferentes níveis de planeamento nacional, regional, setorial e municipal.

2. Definição da metodologia de trabalho

A Comissão entendeu como prioritária a definição de uma metodologia de trabalho clara, estruturada e transparente para apreciação dos instrumentos de gestão territorial em curso.

Nesse sentido, foram definidos princípios orientadores assentes:

- na conformidade legal dos instrumentos territoriais;



- na coerência estratégica e territorial;
- na sustentabilidade ambiental;
- na avaliação dos impactos sociais, económicos e urbanísticos;
- na separação entre apreciação técnica e apreciação política;
- na valorização da discussão pública enquanto instrumento de legitimidade democrática.

Foi ainda assumido o compromisso de garantir um acompanhamento regular e fundamentado dos diferentes processos de planeamento territorial, promovendo uma participação ativa e plural dos membros da Comissão.

Na reunião de 10 de março de 2026, a Comissão aprofundou estes princípios metodológicos, reforçando a necessidade de compatibilizar os instrumentos de gestão territorial com os desafios contemporâneos do concelho, nomeadamente:

- alterações climáticas;
- pressão urbanística;
- reabilitação urbana;
- coesão territorial;
- habitação acessível;
- sustentabilidade ambiental.

Ficou igualmente definido que cada membro da Comissão apresentaria temas e propostas de reflexão considerados relevantes para o desenvolvimento futuro dos trabalhos.

3. Principais temas de reflexão e contributos apresentados

Na reunião realizada em 9 de abril de 2026 foram apresentados diversos contributos por parte dos membros da Comissão, os quais evidenciaram uma ampla preocupação com os desafios territoriais, ambientais, habitacionais e urbanos do concelho.

Os contributos apresentados permitiram identificar várias áreas estratégicas de reflexão.

3.1 Modelo de ocupação do território e contenção da expansão urbana

Foi debatida a necessidade de promover um modelo territorial mais equilibrado, compacto e sustentável, privilegiando:

- a consolidação urbana;
- a reabilitação do edificado existente;
- a valorização dos núcleos urbanos consolidados;
- a limitação da dispersão urbana;
- a proteção do solo rústico, agrícola e florestal.

Foram ainda discutidas preocupações relacionadas com:

- a pressão urbanística sobre o litoral;
- o equilíbrio entre litoral e interior do concelho;
- a necessidade de reforço de centralidades locais nas freguesias do interior;

- a revisão dos perímetros urbanos no âmbito da revisão do PDM.

3.2 Habitação acessível e coesão territorial

A Comissão dedicou particular atenção ao tema da habitação, reconhecendo-o como um dos principais desafios atuais do território.

Nesse âmbito foram debatidas propostas relacionadas com:

- reforço da oferta de habitação acessível;
- criação de programas municipais de arrendamento acessível;
- reserva de solo para habitação a custos controlados;
- reabilitação urbana para fins habitacionais;
- atração de investimento através de modelos “build-to-rent”;
- identificação de imóveis e terrenos municipais suscetíveis de utilização habitacional.

Foi igualmente salientada a importância de articular a política de habitação com a Estratégia Local de Habitação e com os instrumentos de gestão territorial em revisão.

3.3 Sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas

A proteção ambiental e a adaptação climática assumiram lugar central nas discussões da Comissão.

Foram abordadas matérias relacionadas com:

- proteção das áreas integradas na REN e RAN;
- prevenção de riscos naturais, nomeadamente cheias, erosão costeira e incêndios;
- valorização ecológica do estuário do Rio Lima;
- integração de corredores verdes em espaço urbano;
- promoção de soluções baseadas na natureza;
- eficiência energética e utilização de energias renováveis.

Foi ainda sublinhada a importância da correta identificação, manutenção e monitorização das linhas de água do concelho, reconhecendo-se o seu papel na prevenção de riscos e na resiliência territorial.

Mereceram igualmente destaque:

- a valorização das ribeiras e ecossistemas ribeirinhos;
- a preservação das praias fluviais do Rio Lima;
- a necessidade de monitorização da qualidade da água;
- ações de limpeza e renaturalização das margens;
- atividades de educação ambiental e sensibilização comunitária.

3.4 Floresta e prevenção de incêndios

A Comissão debateu várias propostas relacionadas com a gestão florestal e prevenção de incêndios.

Entre os temas abordados destacam-se:

- valorização da biomassa florestal;
- incentivos à limpeza de terrenos;



- criação e valorização de centrais de biomassa;
- abertura e recuperação de acessos florestais;
- reforço de equipas de prevenção e combate;
- criação de faixas de gestão de combustível;
- necessidade de maior rigor cadastral e territorial.

Foi ainda discutida a limitação do modelo BUPI enquanto instrumento de cadastro voluntário, defendendo-se a importância de um cadastro universal e obrigatório.

3.5 Mobilidade, infraestruturas e espaço urbano

A Comissão analisou diversos temas relacionados com mobilidade e grandes infraestruturas municipais.

Foram debatidos:

- os impactos das novas pontes sobre o Rio Lima;
- a mobilidade regional e ferroviária;
- os constrangimentos da Linha do Minho;
- a relação da cidade com o rio e com a Ponte Eiffel;
- os impactos urbanos da ferrovia;
- a execução da nova via de acesso do Vale do Neiva;
- o impacto urbano e territorial do novo Mercado Municipal;
- os efeitos dos investimentos associados à Vianapolis e à frente ribeirinha.

A Comissão refletiu ainda sobre os impactos ambientais, económicos, sociais e urbanísticos destas infraestruturas e sobre o seu contributo para a qualidade de vida da população.

3.6 Centro Histórico, reabilitação urbana e identidade territorial

Foi igualmente manifestada preocupação relativamente à perda de vitalidade social do Centro Histórico de Viana do Castelo.

Nesse contexto, foi defendida:

- a valorização do Centro Histórico enquanto coração urbano da cidade;
- a promoção da habitação e do comércio tradicional;
- a articulação entre Centro Histórico e Frente Ribeirinha;
- a reabilitação urbana como instrumento de revitalização social e económica.

A Comissão reconheceu a importância de preservar a identidade urbana e patrimonial do concelho, conciliando modernização, desenvolvimento urbano e valorização do património histórico.

3.7 Participação pública e governação territorial

Ao longo das reuniões ficou evidente a preocupação da Comissão com:

- a transparência dos processos de planeamento;
- a participação pública;
- a legitimidade democrática dos instrumentos territoriais;

- a necessidade de simplificação e agilização dos processos de aprovação dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Foi salientado que os longos prazos associados à revisão dos instrumentos territoriais constituem um obstáculo ao desenvolvimento do concelho, tendo sido defendida a necessidade de promover reflexão institucional sobre o atual enquadramento legislativo nacional.

4. Considerações finais

O trabalho desenvolvido pela Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente permitiu consolidar um espaço de acompanhamento, análise e reflexão estratégica sobre os principais desafios territoriais do concelho de Viana do Castelo.

As reuniões realizadas evidenciaram a diversidade de preocupações e contributos apresentados pelos diferentes membros da Comissão, bem como a relevância política e técnica das matérias discutidas.

Ao longo deste período, a Comissão procurou:

- acompanhar os processos de revisão e planeamento territorial em curso;
- promover uma visão integrada do território;
- reforçar a articulação entre desenvolvimento urbano, sustentabilidade ambiental e coesão territorial;
- valorizar a participação democrática e o contributo plural dos seus membros.

Os temas debatidos demonstram a necessidade de continuar a aprofundar a reflexão sobre:

- habitação acessível;
- ordenamento urbano;
- sustentabilidade ambiental;
- mobilidade;
- proteção da floresta;
- valorização do património natural e urbano;
- adaptação às alterações climáticas.

A Comissão considera que o trabalho desenvolvido constitui uma base importante para o acompanhamento futuro dos instrumentos de gestão territorial do Município e para a formulação de contributos orientadores em matérias estruturantes para o desenvolvimento sustentável de Viana do Castelo.